

3º

**congresso
sobre o
algarve**

1984

textos das comunicações

vol. 1

1922jan.



«CHRONICA DO ALGARVE» TERÁ SIDO O PRIMEIRO JORNAL ALGARVIO?

JOSÉ CARLOS VILHENA MESQUITA

RESUMO

Após se ter comemorado, em data errada, os 150 anos da imprensa algarvia, haverá que definir objectivamente qual terá sido o primeiro jornal algarvio. Aponta-se como pioneiro o bissemanário «Chronica do Algarve», presumivelmente nascido a 15 de Julho de 1833, aquando das invasões liberais comandadas pelo Duque da Terceira. Todavia, o autor desta comunicação discorda dessa afirmação exibindo como prova o único exemplar que se conhece e que não passa de um simples prospecto.

Mas, o primeiro jornal algarvio, na verdade acepção da palavra, que será igualmente exibido aos congressistas, teve por título «O Popular Jornal do Algarve», do qual se publicaram pelo menos 30 números durante o ano de 1847.

Será ainda focada a recente instalação na Universidade do Algarve de uma Hemeroteca, cujo valioso espólio foi doado pelo dr. Mário Lyster Franco. Por fim, o autor anunciará para breve a publicação de uma História da Imprensa Algarvia, apontado desde já para a preservação dos espécimes mais antigos, assim como dos boletins paroquiais ou camarários, órgãos de associações laborais, estudantis, desportivas, culturais e outras que se publicaram em toda a província. Neste contexto o autor apela à ajuda de todos para o enriquecimento da «monumental» Hemeroteca da Universidade do Algarve.

Tem sido preocupação constante, não só dos historiadores como de outros investigadores afectos às várias ciências humanas e sociais, a persistente pesquisa das origens, causas ou raízes dos eventos que de algum modo marcaram o curso da História ou o desenvolvimento bio-sócio-económico da Humanidade. Ora, acontece que a comunicação através do registo codificado da mensagem se considera, depois da invenção do fogo, como o passo mais gigantesco da História do Homem pois permitiu às diferentes Civilizações e Estados manter um diálogo sincrónico com múltiplos e variados espaços, circunstância essa que no futuro acabaria por se transformar num testemunho diacrónico do seu próprio *motus vivendi* dirigido aos vindouros de outras eras e culturas. Assim nasceu a História, assim se desenvolveu a Arqueologia e assim floresceu o gosto pela Arte e por tudo quanto fizesse reviver o passado.

Os jornais e o jornalismo são o fruto dessa preocupação de comunicar sincronicamente com a sociedade e, em certa medida, se pode considerar o templo de Karnak como o maior e mais vasto jornal de todos os tempos. Nessa lítica página da História a noção de presente não existe e a realidade é unicamente o passado. Dai os jornais terem uma vida efémera gerada pela constante mutação da actualidade. No entanto, são esses insignificantes jornais, que desprezivelmente lançamos no lixo, a fonte basilar da história do nosso tempo.

Depressa o Homem sentiu a necessidade de inventar um processo de comunicação fácil e inteligível, que se pudesse manusear, transportar e, sobretudo, adquirir a um preço acessível a todas as bolsas. Assim, mercê da invenção dos caracteres móveis de Gotemberg, nasceu o jornal, folha volante primeiramente fantasioso e folhetinesco, mas que a breve a trecho se transformaria num interessante caderno noticioso e formativo.

Todavia, a origem e o processo de desenvolvimento da noção jornal/informação foi bastante lento. As suas raízes remontam à antiga Roma. Ai se conheceram vários órgãos oficiais e particulares, testemunhadores da vida político-sócio-económica da mais poderosa potência militar do mundo mediterrânico. Desde os «Anais Máximos», que relatavam os acontecimentos em que se envolviam os Consules, passando pelo «Comentário Diurno», instituindo por Augusto para tornar públicos os sucessos da corte imperial, terminando nas «Actas Senatus», órgão oficial do Senado, e nas famosas e populares «Actas Diurnas», fundadas por Marco Aurélio, cujos «diurnari», os primeiros jornalistas de toda a história da imprensa, davam a conhecer ao povo os feitos militares das ligiões, as lutas dos gladiadores, os decretos imperiais e até as notícias de casamentos, divórcios, falecimentos, espectáculos, etc. Diz-se mesmo que Cícero e Plínio onde quer que estivessem, não dispensavam a leitura destes jornais manuscritos que, em boa verdade, eram os que entre todos mais se assemelhavam aos periódicos do nosso tempo.

Curiosamente, seria na Itália que se desenvolvera o gosto pela informação actualizada e logicamente pelo jornalismo. Foi então que surgiu na cidade de Veneza as «Notizie Scritte», também denominadas «Goglietti d'avisì», cujos principais informadores ou correspondentes eram os marinheiros que percorrendo as cidades mediterrânicas da Europa, da África e da Ásia traziam consigo, muito que contar sobre guerras, mercados, pestes, tradições, monstros, lendas, etc. A título de curiosidade acrescentaremos que esses jornais manuscritos eram alugados por uma moeda, de relativo valor, popularmente designada por «gazeta». Pouco depois o nome da moeda transformar-se-ia em título de jornal. A partir do século XVI, com o desenvolvimento das técnicas de impressão, iria nascer o gosto pelos jornais e o jornalismo sagrar-se-ia numa arma importante e bastante respeitada

pelos próprios órgãos do poder que amiudadas vezes se serviam deles para tornar públicas não só as determinações reais como ainda as ameaças militares ou económicas das potências estrangeiras. Em Portugal, por exemplo, durante o domínio napoleónico publicaram-se imensas folhas, grande parte delas clandestinamente, exortando o povo à rebelião e lançando mesmo vários boatos que em certas localidades motivaram algumas escaramuças contra a ocupação estrangeira. Daí para a frente os jornais tornaram-se num objecto quotidiano de grande impacto social mercê do desenvolvimento do aparelho escolar e dos meios de comunicação. Também a vida político-partidária, que intensamente se vivia na capital, contribui em grande parte para a incontroável inflação jornalística a que assistiram os vintistas, cartistas, setembristas, cabralistas e regeneradores.

Mas a idade de ouro da imprensa portuguesa desenvolveu-se na segunda metade de Oitocentos, marcada até certo ponto pelo aparecimento dos primeiros diários com recursos próprios e especificadamente informativos, como foi o caso de «O Jornal do Comércio e das Colónias» (1852) e do «Diário de Notícias» (1864).

Mas ainda antes de nascer este tipo de jornal/informação eram correntes os jornais jocosos, político-satíricos, polemistas, oficiais, militares, etc. É deste último género o primeiro jornal que se publicou no Algarve. Chamava-se «Chronica do Algarve», nasceu por ocasião da Invasão do Algarve pelas tropas do Duque de Terceira e publicou-se no dia 15 de Julho de 1833. No entanto, sobre a legitimidade de se considerar este jornal como o primeiro que no Algarve se deu à estampa falaremos mais adiante.

Efectivamente, muito se falou e muito se escreveu acerca dos 150 anos da imprensa algarvia, cujo aniversário se comemorou no ano transacto. Porém, tudo quanto até ao momento se disse sobre este assunto não é correcto e enferma de má informação. Na verdade, todos os artigos e notícias que se referiram ao aniversário da imprensa e, especialmente, à publicação da «Chronica do Algarve», tiveram por única e exclusiva fonte de informação o trabalho do cap. Vieira Branco, intitulado *Subsídios para a História da Imprensa Algarvia de 1833 aos nossos dias* (1938).

Acontece, porém, que o livro do cap. Vieira Branco começou por ser mais uma das suas brilhantes secções de carácter histórico-cultural, igual a muitas outras que deixou publicadas nas colunas do «Correio do Sul», no «Diário do Algarve», no «Correio Algarvio», etc. Por conseguinte, tratavam-se de artigos de jornais sem grandes preocupações de correcção ou de rigor histórico. Aliás, grande número das informações neles incluídas foram-lhe facultadas por terceiros, tendo algumas delas como único fundamento apenas fugazes recordações de amigos mais velhos ou dos seus próprios tempos de infância.

Por outro lado, as dificuldades de consultar as colecções completas da maioria desses jornais levou-o a cometer a imprevidência de imaginar certas e determinadas conclusões, das quais resultariam imperdoáveis equívocos. Por conseguinte, embora se trate de uma obra de inegáveis méritos devemos, contudo, aconselhar os seus consultores a confirmarem todas as informações nele contidas, pois que é rara a noticia que não contém omissões, gralhas, confusões, equívocos e, por vezes, até incongruências, o que é mais grave ainda. Em suma, o livro do cap. Vieira Branco não é uma fonte de inteira confiança.

Não obstante isso, desconhecendo os perigos que corriam, todos os jornais que a esta, antecipada, comemoração se associaram, não fizeram mais do que verter por outras palavras os informes do cap. Vieira Branco, acabando deste modo, por repetir os mesmos disparates, sem contar já com aqueles que tiveram o descaramento de nem sequer citar a fonte a que recorreram, o que, francamente, achamos inadmissível e desleal.

Convém acrescentar que a melhor fonte para se estudar a história da imprensa portuguesa pertence ao jornalista e esforçado investigador António Xavier da Silva Pereira que redigiu um extenso *Diccionario Jornalístico Portuguez* em 4 tomos que entregou à Academia das Ciências de Lisboa para ser publicado, mas que, por razões várias, permanece ainda inédito na Biblioteca daquela instituição na secção de Reservados, manuscrito n.º 447, azul. A sua área de acção vai desde 1825, com a publicação da *Relação Universal do que succedeu em Portugal e mais províncias do Ocidente e Oriente*, até 19 de Outubro de 1889, data do falecimento de D. Luiz I, sendo o último jornal *O Puritano*, affecto ao partido regenerador da vila de Almada. É obra de extraordinário interesse e de fundamental consulta.

Todavia, relativamente «Chronica do Algarve», muito embora o autor a considere ultra-raríssima e afirme que apenas vira o n.º 1, o certo é que dela dá como data de publicação o dia 15 de Junho de 1833, o que é manifestamente errado. Contudo, posso perfeitamente admitir que a justificação desta falha se tenha ficado a dever a ultteriores informações colhidas, talvez, no relatório do leilão executado em Abril de 1890 da livraria do desembarcador da Relação do Porto, sr. Manuel Francisco Pereira de Sousa, que era detentor do único exemplar conhecido da «Chronica do Algarve». Contudo, a síntese que elabora das notícias inseridas no jornal, apesar de correcta, é manifestamente incompleta e curiosamente nos informes de Xavier Pereira transparece uma certa insegurança motivada pelo facto de a data daquele periódico não se coadunar com o relato dos eventos que já eram dados como passados, o que se tornava num contrasenso. Creio, muito sinceramente, que se Xavier Pereira tivesse visto a «Chronica do Algarve» ou conhecesse o seu arrematante tudo faria para desfazer este equívoco,

O POPULAR.

JORNAL DO ALGARVE.

Quarta-feira 31 de Março.

Parte Official.

*Acta Officiaes da Junta Governativa
do Algarve.*

A Junta Governativa do Algarve attendendo a que a escassez da colheita passada e as extraordinarias circumstancias, por que ha muito se acha o Paiz, tornam difficultosa a solução total das dividas e contribuições do Estado; e attendendo a que essas mesmas circumstancias reclamam a cobrança pelo menos parcial d'esses rendimentos; Ha por bem decretar o seguinte.

Artigo 1.º — Exigir-se-ha dos collectados na decima e impostos annexos, e de quaisquer outros devedores do Estado, sómente a metade da importancia de suas collectas ou dividas, relativas a um só anno economico, sendo-lhes contudo facultado o pagamento total de seus debitos, ou do que quizerem satisfazer além do que lhes é exigido.

Art. 2.º — Os collectados e devedores serão immediatamente intimados para pagarem no prazo de tres dias* improrrogaveis as sommas, a que ficam obrigados pelo artigo antecedente.

Art. 3.º — Os que pagarem independentemente d'intimação gosarão, pelo que respectiva ás quantias que entregarem, do beneficio consignado no Decreto d'esta Junta, de 13 de Janeiro proximo passado, sem pagamento de custas ou emolumentos alguns.

§. unico. — Gosarão do mesmo beneficio, mas com pagamento das competentes multas, os collectados ou devedores, que pagarem dentro do prazo marcado no artigo antecedente.

Art. 4.º — Os que não pagarem no referido prazo perderão todo o direito ao beneficio, de que trata o mencionado Decreto, e serão prêzos e conservados na Cadeia até plena solução do principal e custas.

Art. 5.º — No acto do pagamento se entregará a cada um dos contribuintes ou devedores um recibo interino da importancia que satisfizer, assignado pelo Recebedor e Administrador do Concelho respectivos, lançando-se no verso do conhecimento a declaração da importancia, que fica satisfeita.

Art. 6.º — Os Empregados Publicos que se recusarem ao cumprimento d'este Decreto, serão infalivelmente demittidos, incorrerão na pena de prisão de dez até trinta dias, e pagarão uma multa de cinco até cincoenta mil réis.

§. 1.º Na mesma multa incorrerão os que por qualquer forma induzirem os Cidadãos, a que não paguem o que devem à Fazenda Nacional.

§. 2.º As penas comprehendidas no presente Artigo serão impostas em Juizo do Policia Correccional.

Art. 7.º — Para fiel execução d'estas disposições é creado um Empregado Superior Fiscal, que exercerá em todo o Districto as attribuições necessarias para se conseguir o pagamento dos rendimentos do Estado, em conformidade com o disposto no presente Decreto; exercendo além d'isto o direito de superintender sobre todas as Repartições Fiscaes, cujos Empregados lhe obedecerão com a maior pontualidade.

§. unico. Nem as Alfandegas d'esta Provincia, nem os Empregados das mesmas são comprehendidos nas disposições d'esto Decreto.



CHRONICA DO ALGARVE.

.....O transcripto reduzido
Em pequeno volume aqui te dou
Do mundo aos olhos teus, para que vejas
Por onde vás, e irás; e o que desejas.

LUIAD. CANT. X. OIT 79.

SEGUNDA FEIRA 15 DE JULHO DE 1833.

N. 1

PROSPECTO.

EMPENHADOS em defender a Causa da Honra, e da Legitimidade do Throno, e das Liberdades Patrias, hoje felizmente enlaçados em estreito vinculo; e em combater peito a peito, e com o sacrificio de nossos baveles, anego, e vida (que contentes havemos exposto, sempre que o exige o bem da Patria) a mais desastrosa e aleivosa usurpação, que ate agora vio o mundo civilizado, não podemos, apesar da nossa insufficiencia, escusar-nos ao convite que nos faz um Patriota, amante da mesma justa Causa, e igualmente dedicado a ella desde o principio da emigração, de concorrer-nos com o pequeno cabedal de nossas debéis forças á redacção de um periodico em que até hoje opprimido, mas sempre fiel Povo deste Reino leia nos accessos do dia o progresso da mesma Santa Causa, em

qua espontaneamente se empenhou a ajudar nos.

Diremos com a injenuidade propria de hum verdadeiro liberal tudo o que occorrer de notavel nas operações da Expedição, destinada a quebrar as algemas, que maniatavão os pulsos dos fieis Portuguezes neste Reino, e provincia limitrophe; e na singela narração do nosso desembarque, e marcha gloriosa de nossas Tropas, verão as nações cultas da Europa definitivamente resolvida a questão, que se pertendia obscurecer, ou tornar ambigua, isto he — se o Portugal quer ou não a Rainha e a Carta — e se beija os grilhões do despotismo, ou suspira pelo feliz dia, em que possa arrojá-los para longe, substituindo-lhe o governo da Lei e da Justiça. A nossa rude penna deixará talvez (não por falta de vontade, mas só de talento) de apreciar devidamente a gloriosa parte, que tendes neste illustre feitiq

o que na verdade, não aconteceu. Daí, concluir, com algumas reticências que Xavier Pereira nunca viu aquele jornal, embora sobre ele recebesse, talvez de fonte digna de todo o crédito, as informações contidas no seu inédito e precioso *Dicionário Jornalístico*.

Por sua vez, o cap. Vieira Branco baseando-se nos conhecimentos daquele emérito investigador, acabou por cometer os mesmos erros, apenas com a agravante de procurar justificar o desfazamento das datas com razões perfeitamente irreais e totalmente inadmissíveis para um homem da sua ilustração.

Nesta conformidade, os órgãos da imprensa regional e da grande imprensa diária procederam indevidamente no dia 15 de Junho do ano passado às comemorações dos 150 Anos da Imprensa Algarvia, quando o deveriam ter feito precisamente um mês depois. E tudo isto derivado das informações percipitadamente colhidas no livro do cap. Vieira Branco. De qualquer modo, diga-se de abono da verdade, que essas comemorações não passaram de simples e fugazes notícias nos jornais já que não se realizaram quaisquer actos, oficiais ou particulares, que pudessem com algum brilho assinalar a efeméride. Se por um lado foi triste e imperdoável deixar passar a solenidade daquela data, o que só vem confirmar o desinteresse dos algarvios por tudo quanto de grande e de importante lhes diz respeito, pelo outro até foi bom pois que pelas razões que a seguir exporei iria comerter-se igualmente um disparate perfeitamente escusado.

BREVE ANÁLISE DA «CHRONICA DO ALGARVE»

Veio este periódico a público no dia 15 de Julho de 1833 fazendo-se transparecer como órgão oficial das tropas liberais e do partido constitucionista de D. Pedro, Imperador do Brasil, Regente do Reino e futuro Rei de Portugal. Como era corrente na época enunciava-se como bissemanário e propunha-se vir a público às quartas e sábados, informação essa que se acha inserida no canto superior esquerdo do cabeçalho. Do lado contrário estipula o preço de cada exemplar: «*Custa 40 réis cada Numero: e Suplemento 20 réis sendo de quarto.*» Ao centro ostenta as Armas Reais Portuguesas sob as quais aparece o título da publicação. Ainda no cabeçalho, no canto inferior direito cita um extracto da estância n.º 79 do Canto X dos *Lusíadas*: «... o transumpto reduzido/Em pequeno volume aqui te dou/Do mundo aos olhos teus, para que vejas/Por onde vás, e irás; e o que desejas.»

Abre com o título «Prospecto», o que identica claramente este exemplar com um folheto anúncio do futuro periódico com o mesmo título. Diz estar empenhado «*em defender a Causa da Honra, e da Legitimidade do Throno, e das Liberdades Pátrias*». Propõe-se relatar «*com a ingenuidade própria*

de hum verdadeiro liberal tudo o que ocorrer de notável nas operações da Expedição destinadas a quebrar as algemas que maniatavão os pulsos dos fiéis Portuguezes neste Reino, e provincia limitrophe;». Isto dava a entender que as tropas liberais receavam a opposição militar e popular desta provincia servindo-se da «Chronica» exclusivamente para tentar informar o povo, principalmente a burguesia comercial e dos serviços e ser mais ou menos instruída, acerca do poderio do exército da Rainha e dos seus êxitos no campo de batalha. Como é óbvio não se excluía dos objectivos deste jornal o recurso ao boato e às falsas declarações, tão correntes em tempo de guerra. Por outro lado, serviria como elemento de propaganda das novas ideias e como veículo de recrutamento de novos efectivos militares que possibilitassem a organização dum exército liberal. É claro que nada disso aconteceu e como as tropas miguelistas se puseram em debandada para o Alentejo nada justificava a permanência dos homens do Duque da Terceira, que deste modo tinham à sua mercê o caminho livre para Lisboa.

Na «Parte não Official» relata-se a Expedição ao Algarve, por vezes com alguns exageros mas, sobretudo, sem escamotear a verdade dos factos. Constitui um importante elemento de consulta para a História das Lutas Liberais no Algarve. A seguir publicam-se duas «Proclamações», sendo a primeira assinada por D. Pedro — Duque de Bragança, na qual exorta os algarvios a aderirem à causa liberal e legitimista da Rainha D. Maria II e, especialmente, à Carta Constitucional: «*Correi às armas. Uni-vos aos bravos que marchão intrépidos contra a usurpação... Ajudai-Me a restaurar o Throno de vossa Rainha aleivosamente usurpado... Acolhei-vos às bandeiras da Honra e da Fidelidade*», e termina dando vivas à Rainha e à Carta. Na segunda proclamação, assinada pelo Conde de Villa-Flor, Duque da Terceira, faz-se sensivelmente o mesmo apelo, justificando-se a invasão do Algarve como um acto de libertação: «*Portuguezes leaes vem (sic) debaixo do meu commando libertar Portuguezes... Uni-vos a mim e aos meus Soldados; e a Rainha legitima será por nós restituída ao Throno de seus Avós aleivozamente usurpado; e a nossa Pátria será restituída a Carta Constitucional e a liberdade.*»

Termina por noticiar a heroica resistência das tropas liberais durante o cerco do Porto e refere que no dia 10 uma força do Exército Expedicionário liberal bateu-se em Beja com as forças do general Mollelos causando às tropas miguelistas cerca de 60 baixas. A fechar inclui uma curiosa indicação dos custos da publicidade: «*Este Periodico continuará a sahir todas as Quarta-Feiras e Sabbados. Seu preço 40 rs. avulso, e 30 rs. para os Snrs. Assignantes. Os Supplementos sendo de mais folha são pagos como os numeros ordinarios, e os de quarto em razão de 20 rs. para os não assignantes, e de 15 rs. para os Assignantes. Paga-se hum mez adiantado. A*

correspondencia (sic) para o Director será = Manoel Antonio Ferreira Portugal, Director de Imprensa do Governo, Rua do Aljube N.º 998 = Recebem-se Anuncios para se inserirem neste periodico, por praço (sic) commodo. Quarta-Feira 17 ha Chronica.»

A indicação da «Imprensa do Governo» dá a entender que existiu em Faro uma tipografia oficial, o que nos leva a considerá-la, até prova em contrário, como a primeira casa de artes gráficas dos tempos modernos, a qual vem suceder ao histórico prelo de Samuel Gacon que nesta cidade deu à estampa o primeiro incunábulo impresso em Portugal. Relativamente ao seu Director, Manoel António Ferreira de Portugal, nada de concreto consegui ainda apurar, quer nos livros de óbitos das freguesias da Sé e de S. Pedro quer nos livros de enterramentos da Misericórdia, de S. Francisco, da Sé, do Carmo ou da Esperança. Portanto, este homem não faleceu em Faro, o que até certo ponto me leva a admitir que não se trate de um algarvio. Talvez fosse um ilhéu que de algum modo estivesse ligado à célebre «Chronica» da Terceira ou à «Chronica do Açores», órgãos do partido constitucional naquele arquipélago de onde, aliás, foram recrutados dezenas de voluntários para combater no Algarve. Por outro lado, nada me repugna admitir que se trate de pseudónimo, já que, convenhamos, expôr publicamente a sua entidade num órgão afecto aos rebeldes liberais não era proeza corrente para quem tivesse amor à vida. Se acaso as tropas miguelistas vendessem a guerra, logicamente que muitas cabeças iriam rolar, e o mínimo que poderia acontecer a este Director da Imprensa do Algarve era ser destituído e deportado. Por conseguinte é muito possível que seja um pseudónimo engedrado pelos homens do Duque da Terceira para dar à saída da «Chronica» uma aparência mais oficial e responsável aos olhos do povo algarvio.

UM PROJECTO JORNALÍSTICO FALHADO

Efectivamente, em meu entender, o jornal «Chronica do Algarve» nunca existiu. A razão é simples. O exemplar que se conhece com este titulo não passa de um prospecto anunciado a saída dum periódico com idêntica designação e, embora apareça numerado com o n.º 1, o certo é que não teve continuidade, pelo que não se pode chamar jornal a um folheto/anúncio de 140 x 200 mm de que apenas se publicou um único número. Isto parece-me lógico. Por outro lado, a prova reside incontestavelmente no facto de no cabeçalho se anunciar a saída deste bissemanário para todas as Quarta-Feiras e Sábados, sendo até de realçar que na última linha deste prospecto se lê o seguinte: «Quarta-Feira 17 ha Chronica». Portanto, anunciava-se para o dia 17 de Julho de 1833 a saída do verdadeiro n.º 1 da «Chronica do

Algarve». Ora se o jornal só saía às quartas e sábados não é admissível que o n.º 1 aparecesse numa segunda-feira, tendo ainda por cima como nota de abertura o título «*Prospecto*» e não Editorial ou qualquer outro, como seria verdadeiramente lógico. Além disso, como parece provado que nenhum outro número saiu a público, nada mais natural do que afirmar que a «*Chronica do Algarve*» como jornal, na verdadeira acepção da palavra, nunca existiu, pois que continuidade jamais se lhe reconheceu.

As razões que ditaram a sua presumível extinção ultrapassam totalmente os meus conhecimentos e em parte alguma encontrei razões que justificassem tal atitude. Contudo, supomos que a explicação talvez resida no facto de no dia 17 de Julho e conselho militar reunido na Messejana determinar a partida dos exércitos do Duque da Terceira com destino a Lisboa e, por conseguinte, já não precisariam de publicar um órgão oficioso para dar a conhecer ao povo a instauração do poder liberal. Este jornal só teriam razão de existir se acaso prevalecesse a ideia de transformar a ideia de transformar o Algarve num reino independente e num conclave liberal/constitucionalista que servisse de trampolim a uma grandiosa ofensiva em direcção à capital concertada entre as tropas do norte, aquarteladas na cidade Invicta e as forças algarvias, que com o tempo seriam aumentadas pela chegada de efectivos das ilhas e do estrangeiro. Portanto, quando se decidiu marchar sobre Lisboa, face aos erros estratégicos do general Mollelos que se refugiara em Beja, estava automaticamente ditada a extinção deste jornal. Muito embora se soubesse ou pelo menos se desconfiasse que o Algarve e o Alentejo após a passagem dos exércitos do Duque regressariam à defesa da causa miguelista, o que efectivamente veio a acontecer, sendo de realçar a leonina acção do famoso guerrilheiro José Joaquim de Sousa Reis, popularmente designado por Remechido, que teve foros mítico-lendários que ainda hoje perduram na memória das gentes da serra algarvia.

Resumindo, a desocupação militar da cidade de Faro, sem significar o seu abandono, e de toda a província do Algarve deverá estar na base da extinção da «*Chronica do Algarve*», órgão não oficial do exército liberal do Regente D. Pedro, Duque de Bragança. Perante os factos que acabei de apontar e até que surja prova em contrário continuarei a sustentar que a «*Chronica do Algarve*», considerada como o primeiro jornal algarvio, jamais existiu.

Julgo que este meu esclarecimento, do qual, na altura própria, fiz publica menção nas colunas do «*Diário de Notícias*» e do semanário farenses «*O Algarve*», é o primeiro que a priori em termos tão radicais e peremptórios se coloca à discussão e reflexão da opinião pública. Cabe-me, igualmente, o orgulho e confesso que a vaidade de ter sido a primeira pessoa a tornar público, nos órgãos acima citados, a verdadeira imagem do jornal/prospecto

que se acaso tivesse continuidade seria o mais antigo periódico a sul do Tejo. Essa imagem volto a reproduzi-la aqui para que todos os congressistas possam ter a inequívoca certeza da sua existência, visto que já houve quem suposesse a sua total irrecuperabilidade ou desaparecimento. Felizmente a «Chronica» existe e tenho fortes razões para supor que talvez subsistam, pelo menos, dois exemplares, deste número único, no nosso país, sendo um deles provavelmente em Faro nas mãos modestas de quem não se apercebe do valor que possui. Desse exemplar extraiu o dr. Mário Lyster Franco uma fotocópia e com mágoa nossa já não se recorda do nome do seu antigo detentor, que julgo ser um ex-trabalhador da casa Fialho.

O exemplar que agora se apresenta encontra-se depositado na Biblioteca Nacional, secção dos jornais, tendo por conta J. 2585 V. e podendo ser facilmente consultado.

CHAMAVA-SE «O POPULAR» E FOI O PRIMEIRO JORNAL ALGARVIO

Para terminar, devemos acrescentar que o primeiro jornal algarvio, também bissemanário como se propunha ser a «Chronica», de que conheço pelo menos trinta exemplares, tinha por título «*O Popular — Jornal do Algarve*», encontrando-se o último número de que tenho noticia datado de 18 de Junho de 1847. Nesta conformidade, trata-se igualmente do segundo jornal a ser publicado a sul do tejo, visto que a «*Chronica Eborense*» iniciou a sua publicação a 13 de Janeiro de 1847, se bem que se extinguisse primeiro, ao cabo de 64 números, no dia 15 de Junho. Enquanto que «*O Popular — Jornal do Algarve*» deve ter iniciado a sua publicação precisamente no dia 10 de Março de 1847, na medida em que o exemplar n.º 7, único espécime depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa, tem a data de 31 de Março daquele ano. No entanto esta afirmação só é válida no caso de se considerar que António Francisco Barata está equivocado quando sustenta a primazia para o «Boletim Eborense». Pessoalmente concordo com Francisco Barata e não com a actual opinião dos intelectuais alentejanos que só pelo facto de conhecerem apenas quatro «Boletins» e do seu conteúdo se resumir a decretos e ordens de serviço militar entendem que não se trata de um jornal. É lógico que a presente concepção de jornalismo não se pode totalmente transplantar para aquela época, fundamentalmente pelo próprio contexto histórico em que se inseria o «Boletim» como órgão das forças militares revoltosas que constituíam a Junta Governativa da Província do Alentejo. Curiosamente, «*O Popular — Jornal do Algarve*» é precisamente idêntico no estilo ao «*Boletim Eborense*» e, no entanto, eu não duvido em afirmar que se trata, sem sombra para dúvidas, de um jornal, tal como se pode ler no seu sub-título. Por outro lado, «*O Popular*» era também o órgão da Junta Governativa do Algarve.

Saliente-se que tanto Xavier Pereira como Vieira Branco desconhecera a existência deste jornal, o que vem enriquecer a minha informação, pois que lhe dá um sabor de inédito. Cabe-me igualmente referir que a notícia da sua publicação me foi facultada pelo Dr. Lyster Franco que possui na sua Hemeroteca, recentemente oferecida à Universidade do Algarve, apenas dois exemplares com os n.ºs 24 e 30. Como nota curiosa convém realçar o facto deste jornal ter sido composto e impresso na tipografia do Governo Civil, que supponho ser a mesma que na rua do Aljube n.º 998, hoje rua do Município, deu à estampa a «Chronica do Algarve» em 1833, ou seja quatorze anos depois ainda existia, muito provavelmente nos baixos do prédio onde se encontra hoje a tipografia «União». No entanto, nessa altura não era a única tipografia existente na cidade pois que em 1846 já existia na rua do Rego n.º 460, hoje rua D. Francisco Gomes n.º 4, a tipografia Paz Furtado onde se imprimiu a *Collecção de Memorias e Documentos para a História do Algarve*, livro raro e bastante valioso, da autoria do esquecido comendador Bernardino José de Sena Freitas, erudito de inegáveis méritos que foi sócio da Academia das Ciências.

UMA HOMEROTECA PARA A UNIVERSIDADE DO ALGARVE

A concluir esta já longa comunicação não quero deixar de frisar a recente instalação na Universidade do Algarve de uma importante Hemeroteca cujo riquíssimo espólio foi doado pelo Dr. Mário Lyster Franco, o que, valha a verdade, constitui um altruíssimo gesto de genuíno algarvíssimo e contrastar com o generalizado egoísmo daqueles que por todos os meios ao seu alcance pretendem entravar o lento progresso científico-cultural da nossa juventude.

A colecção de publicações periódicas oferecida por aquele conhecido escritor destina-se à consulta livre e está à disposição de todos quantos pretendam utilizar a informação jornalística como fonte basilar dos seus trabalhos de investigação. Está também em preparação um ficheiro onomástico e ideográfico de apoio aos jovens investigadores que assim poderão mais facilmente consultar as publicações adequadas à consecução dos seus trabalhos. A Hemeroteca da Universidade do Algarve possui de momento a melhor colecção de jornais algarvios do país, sendo de realçar a existência de periódicos ultra-raros de origem algarvia e de algumas revistas nacionais que marcaram vincada presença no contexto da literatura portuguesa contemporânea.

Prevê-se, igualmente, a oferta de algumas colecções completas de jornais já extintos e outros em fase de laboração, cujos Directores expressaram a sua intenção de as doar à Universidade do Algarve. Espera-se, deste

modo, erigir no Algarve a maior hemeroteca regional do país, tudo dependendo da boa vontade dos algarvios que muitas vezes, por falta de espaço nas suas residências, chegam a queimar colecções de jornais antigos herdados dos seus avós. Actos deste género, que infelizmente, tanto quanto sabemos, não tem sido pouco numerosos, acabam por lesar profundamente a cultura algarvia, privando os seus naturais duma fonte de consulta verdadeiramente imprescindível a qualquer estudioso.

Nesta conformidade, fazemos daqui um sincero apelo a todos quantos possuam colecções de jornais antigos ou recentes, quer sejam eles boletins paroquiais, boletins camarários, órgãos de associações laborais, estudantis, desportivas, culturais, recreativas, ou outras, para que, num gesto de boa vontade e apreço pela cultura, os ofereçam à Hemeroteca da Universidade do Algarve a fim de servirem não só os estudantes como especialmente toda a população algarvia.

Para fechar com chave de ouro, resta-me acrescentar que neste preciso momento encontro-me a trabalhar na elaboração de uma História da Imprensa Algarvia, que servirá futuramente de ferramenta de trabalho aos estudantes e investigadores que procurarem obter nos jornais algarvios a informação concludente e precisa à concretização do seus estudos.

BIBLIOGRAFIA

- ARANHA, Pedro Vasconcelos de Brito — *Mouvement de la Presse Périodique en Portugal de 1894 à 1899*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.
Rapport de la Section Portugaise, 1^{er} Congrès International de la Presse (1894-Avers), Lisboa, Imprensa Universal, 1894.
- BESSA, Alberto — *O Jornalismo. Esboço Historico da sua Origem e Desenvolvimento até aos Nossos Dias*, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1904.
Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas, Lisboa, 1941.
- BRANCO, Cap. Vieira — *Subsidios para a História da Imprensa Algarvia de 1833 aos Nossos Dias*, Faro, Tipografia Caetano, 1938.
Contribuição para o Estudo da Comunicação Social na Região Alentejo, 2 Vols., Évora, Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, 1981.
- CUNHA, Alfredo — *O Diário de Notícias. A Sua Fundação e os seus Fundadores. Alguns Factos para a História do Jornalismo Português*, Lisboa, Tip. Universal, 1914.
Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821), Lisboa, sep. das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras, tomo VI, 1941.
Relances sobre os Três Séculos do Jornalismo Português, Lisboa, Gráfica Santelmo, 1941.
Imprensa Periódica Portuguesa na Metrópole e no Império, Séculos XVII-XIX, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1941.
- MARQUES, Correia — *A Imprensa Diária*, sep. do n.º 3 do Boletim Informativo. Cultura Popular. Turismo.

- MARTINS, Rocha — *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa, Editorial Inquérito, 1942.
- MONTEIRO, G. Franco — *Colecção de Jornais Portugueses*. Coimbra, 1887.
- PEREIRA, Agusto Xavier da Silva — *Diccionario Jornalístico Portuguez*, 4 vols., Ms. 447 azul da Secção de Reservados da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.
- O Jornalismo Português. Resenha Chronologica de Todos os Periodicos Portugueses Publicados no Reino e no Estrangeiro desde o Meado do Século XVII até à Morte de D. Luiz I.* Lisboa. Antiga Casa Bertrand — José Bastos, 1896.
- Os Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses. Noticia Supplementar Alfabética de todos os Periodicos Mencionados na Resenha Chronologica do Jornalismo Portugues*. Lisboa. Imprensa de Libânio da Silva, 1897.
- PROSTES, Henrique de Carvalho — *Statistique de la Presse Portugaise 1641 à 1872*. Lisboa. Lalléman Frères, 1873.
- SALGADO, Joaquim — *Virtudes e Malefícios da Imprensa*. Porto, Portucalense Editora, 1945.
- TENGARRINHA, José — *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa, Portugália Editora, 1965.